
Inter-relações do ensino integral com ensino integrado no curso técnico de agropecuária

Inter-relationships of integral teaching with integrated teaching in the technical agricultural course

Jucilene Marcia Rameiro de Araújo Cruz¹, Aldivan Rodrigues Alves^{1*}, Josiane Sousa Costa de Oliveira¹, Liduína da Silva Pinto²

RESUMO

A Educação Integral é uma proposta contemporânea, tem como foco garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural. O Ensino Médio Integrado possui a função de formar os jovens para executar profissões técnicas, ou seja, uma educação profissional integrada à educação básica, visando proporcionar melhores condições de cidadania, trabalho e de inclusão social aos jovens e adultos em busca de uma formação. Dessa maneira, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca do ensino integral e integrado, objetivando verificar as suas inter-relações e características, a partir do modelo adotado nos cursos Técnicos de Agropecuária do Instituto Federal do Maranhão-IFMA, Campus Caxias. Conclui-se que o modelo integral apresenta similaridade com o integrado em aspectos, a citar: carga horária, serviços de assistência ao educando (lazer, esporte, médico, pedagógicos...) e infraestrutura que estimulam a permanência na instituição por um tempo maior e visando a qualidade do ensino.

Palavras-chave: Ensino profissionalizante; LDB; Tempo escola;

ABSTRACT

The integral education is a contemporary proposal, it focus in the guarantee the people's development in all dimensions – mental, physical, emotional, social and cultural. The full High School has the function to shape young people to do technical professions, in the other words, a professional education linked with the basic education, to provide better cidadany conditions, work and social integration to teens and adults who look for a good professional formation and new borders in their lives. Therefore, we did a bibliografic search about the integral and integrated teaching, in order to verify its interrelations and features, from the adopted mold in Technical courses in agricultural of Federal Institute of Maranhão (IFMA), Caxias Campus. It is concluded that the integral model is similar to the one integrated in aspects, to mention: hours, services of assistance to the student (leisure, sports, medical, pedagogic...) and infrastructure that stimulate the permanence in the institution for a greater time and aiming at the quality of teaching.

Keywords: Professional teaching; LDB; School time;

¹Instituto Federal do Maranhão.

*E-mail: aldivan.alves@ifma.edu.br

² Universidade Estadual do Piauí.

INTRODUÇÃO

A Educação Integral é uma proposta contemporânea, tem como foco garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural. De acordo com o Centro de Referência em Educação Integral (2017):

“A Educação Integral caracteriza como inclusiva ao reconhecer a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos. Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.”

Para Gadotti (2009) o atual Plano Nacional da Educação (PNE) pretende investir no ensino integral que consiste em ampliar a jornada escolar em pelo menos sete horas de aprendizagem por dia como uma solução para melhorar a qualidade da educação no país. Contudo especialistas em educação afirmam que o aumento da carga horária não é suficiente para a melhora do desempenho dos alunos.

Segundo Moll (2009) uma política efetiva de educação integral não se traduz, apenas, em aumentar o tempo de escolarização, antes significa mudar a própria concepção e o tipo de formação oferecida às novas gerações. Uma educação integral considera o desenvolvimento humano na sua integralidade. Pensa o desenvolvimento das competências cognitivas, imbricando-as enfaticamente às dimensões éticas, estéticas, físicas, afetivas e sociais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9.394/96, embora o Ensino Médio – última etapa da educação básica – possa ser realizado de forma integral, este também pode ter por finalidade, entre outras, a preparação básica para o trabalho, de modo que, atenda à formação geral do educando e o direcione para o exercício de profissões técnicas (§2º, art. 36).

A oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional deverá contribuir com a melhoria da qualidade dessa etapa final da educação básica. Em termos curriculares, essa modalidade reúne conteúdos do Ensino Médio e da formação profissional que deverão ser trabalhados de forma integrada durante todo o curso, assegurando o imprescindível diálogo entre teoria e prática (LODI, 2006).

Dentre os cursos profissionalizantes destacam-se os cursos técnicos em agropecuária, cursos voltados para a formação de profissionais que atuam nas atividades agrícolas e zootécnicas. Um marco importante para o ensino agrícola foi o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola” que instituiu o curso de nível médio (CECCHIN E VIEIRA, 2012).

Para tanto, a presente pesquisa de cunho qualitativo, por se tratar de um “[...] processo de reflexão e análise da realidade através de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e /ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2007, p.68), foi estruturada em duas etapas: primeira etapa – realizou-se um levantamento bibliográfico acerca da temática apresentada, ensino integral e integrado, para verificar as suas inter-relações e características de cada sistema; segunda etapa – implicou na comparação entre o ensino integral e o ensino integrado a partir do modelo adotado nos curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Maranhão-IFMA, Campus Caxias, com base em sua matriz curricular e seu horário de integralização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ensino integral

Educadores e pensadores como Anísio Teixeira, Celestian Freinet, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, idealizaram uma educação ampliada, vindo a ser integral, não só de tempo e espaço, mas de funções sociais nas dimensões afetivas, artísticas e espirituais de forma de assegurar um compromisso coletivo que estimule o respeito aos direitos humanos, à cidadania e ao exercício da democracia (FERREIRA, 2011).

As muitas propostas educacionais postas em prática para as novas gerações, desde o século XIX, estão impregnadas do significado pleno da educação, isto é, uma formação e desenvolvimento integral do ser humano. Contudo, à medida que a educação se tornou política de Estado voltada para o atendimento em massa, as práticas, o currículo, os equipamentos e o tempo necessários para o desenvolvimento dessa formação integral se constituíram em desafio e suas finalidades restringiram-se ao propósito de ofertar a todos conhecimentos básicos voltados à socialização para o mundo do trabalho em constante expansão (marca do século XX). Com isso, esvaziou-se a noção de formação integral, tomada então como um privilégio destinado a poucos (UNICEF, 2011, p. 18 citado por Barros & França, 2017).

Anísio Teixeira foi um dos mentores no ano de 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, com a concepção de educação que abrangesse áreas como leitura,

aritmética, escrita, ciências físicas e sociais, arte, desenho, música, dança, atividade física, etc, (TEIXEIRA 1957, p. 5). Para tal, defendia uma educação com ampliação de permanência dos alunos dentro da escola.

Mais tarde é com Bakunin e Proudhon, entre outros pensadores do movimento anarquista, que se estabelecem bases político-ideológicas para a educação integral forjada pelos ideais libertários: igualdade, liberdade e autonomia. Essas bases foram experienciadas no cotidiano de instituições escolares por Paul Robin, Ferrér y Guardia e Sebastien Faure (COELHO, 2009).

A implementação da Educação Integral no Sistema Formal de Ensino Brasileiro, expressou-se muito por meio de legislação específicas. A Constituição Federal de 1988 destaca a educação como um direito do cidadão (BRASIL, 1988), fazendo com que se pense na concepção do direito a Educação Integral.

Consoante a isso, a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) – norteia estes princípios constitucionais, prevendo a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o Regime de Tempo Integral (Artigos 34 e 87), sendo isso a critério de cada estabelecimento de ensino e de acordo com suas necessidades (BRASIL, 1996).

Ferreira (2011) cita que outro marco legal que embasa a prática da Educação Integral, foi à criação da Portaria Normativa Interministerial nº 17/07 em 2007 na qual se cria o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra-turno escolar.

Outro ponto importante a ser ressaltado acerca da Educação Integral é a reforma do ensino médio, que prevê uma Política de Fomento de Escolas em Tempo Integral. A reforma propõe a flexibilização da grade curricular, permitindo que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura prevê um bloco que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outro bloco flexível. A reforma flexibiliza o conteúdo que será ensinado aos alunos, muda a distribuição do conteúdo das 13 disciplinas tradicionais ao longo dos três anos do ciclo, dá novo peso ao ensino técnico e incentiva a ampliação de escolas de tempo integral. Com essa reforma pretende-se aproximar ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho (MEC, 2017).

Ensino integrado/profissionalizante em agropecuária

Historicamente o ensino profissional emergiu no país entre as décadas de 1920 a 1930 quando se iniciou o processo de industrialização que passou a demandar uma força de trabalho mais qualificada. Koller e Sobral (2010) explicam que a organização da fábrica, através dos princípios da divisão técnica do trabalho e do controle hierárquico da execução, necessitou de uma camada média de emprego representada pelos profissionais técnicos de nível médio, razão pela qual ocorreu a criação de muitas escolas técnicas, principalmente em regiões onde a produção industrial se destacava.

O ensino técnico-profissionalizante de nível médio, posteriormente chamado de Ensino Médio Integrado possui a função de formar os jovens para executar profissões técnicas, ou seja, uma educação profissional integrada à educação básica. Objetivando superar o antagonismo entre trabalho intelectual e trabalho manual, com um ensino pautado na realidade brasileira (BORGES, 2014).

De acordo com Ciavatta (2009), a LDB 9394/96 e o Decreto N. 5.154/2004 buscam integrar a educação geral a educação profissional. se trata de superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual com objetivo de tornar íntegro o jovem, e prepará-lo para uma leitura completa do mundo, como também para a sua atuação como cidadão integrado a sociedade em que vive.

Segundo Borges (2014) essa afirmação se confirma ainda mais na LDB/96, Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, ao citar que a Educação Profissional, passa a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia, com o objetivo de atender o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral.

A agricultura nacional, baseada no latifúndio, na monocultura de exportação, no trabalho escravo, na abundância de terras novas e férteis e no descaso pelo manejo e conservação do solo, exigia muito pouca diversificação e quase nenhuma qualificação da força de trabalho. Segue-se daí que nenhum serviço a escola tinha a lhe prestar, no que se refere à formação de mão de obra (FREITAG, 1986).

Inicialmente a formação profissional voltada à agropecuária estava circunscrita a algumas poucas instituições, atendendo uma pequena demanda de mercado. Um marco importante para o ensino agrícola foi o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola que instituiu o curso de nível médio (CECCHIN E VIEIRA, 2012).

Koller e Sobral (2010) comentam que o ensino agrotécnico só teve sua emergência nos anos 1950-1960 com a modernização agrícola. Com a crescente onda de êxodo rural por parte dos agricultores, que deixavam sua atividade para servir como mão de obra barata nas indústrias, passou a surgir a visão de que seriam necessárias políticas que mantivessem o povo, ou ao menos parte dele, no campo. Começam a surgir as primeiras pedagogias de ensino agrícola.

Segundo Sobral (2009) foi introduzido no Brasil em 1966, o sistema escola-fazenda, no qual, em 1970 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) realizou a expansão desse sistema em toda a rede federal de ensino agrícola.

Koller e Sobral (2010) ressaltam que em 1973, uma reviravolta no ensino agrícola nacional foi vivida com a criação da Coordenadoria Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI) com o Decreto nº 72434, de 09 de julho de 1973. O documento visava proporcionar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados no ensino agrícola. Esse órgão, por assim dizer, revitalizou o ensino agrotécnico no país efetuando uma reforma pedagógica e física nas escolas.

Entre 1986 a 2001 as então escolas agrotécnicas passam por diversos processos de reestruturação, sendo administradas por vários órgãos estatais, porém somente a partir de 2001 com a democratização da gestão destes centros de ensino é que maiores mudanças são vividas. Com a Lei Federal nº 8.731, em 16/11/1993 as escolas agrícolas foram transformadas em Escola Agrotécnica Federal como autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica (NAZARENO, 2005).

O Decreto nº 5.154/2004 ressalta que as formas possíveis de concretização dessa articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio são: Integrada: “oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. Concomitante : oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio” e com “matrículas distintas para cada curso; Subseqüente: oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio”(BRASIL,1996, p.302).

No período de 2001 a 2008 o objetivo das escolas agrotécnicas federais passa a integrar e/ou constituir nos denominados CEFET (Centros Federais de Educação

Tecnológica) devido a maior autonomia que podia ser adquirida e também ao aumento de capital para estes centros (SOBRAL, 2009).

Em 2008 os Institutos Federais (IFs) foram criados por meio da Lei n. 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os IFs que têm a missão de gerar e de fortalecer condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro (OLIVEIRA, 2017).

Contrastes e semelhanças entre o Ensino Integral e Integrado considerando a realidade do curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Maranhão-IFMA, Campus Caxias.

O ensino integral consiste em possibilitar a formação integral de crianças, jovens e adolescentes, ampliar a oferta de saberes, incluir os campos das artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para melhoria do desempenho escolar, além de trabalhar os conteúdos tradicionais, ou seja os conteúdos curriculares e conteúdos extracurriculares. Ferreira (2011) cita que o ensino integral visa ser integral, não só de tempo e espaço, mas também de funções sociais.

Segundo Matias (2009) as ações extracurriculares favorecem a socialização, a interação, o raciocínio, o desenvolvimento motor através de atividades físicas e a criatividade estimulada pelas atividades lúdicas. Essas atividades podem ser desenvolvidas em ambientes como quadra, salas de jogos, teatro, biblioteca e outros, cujos objetivos não necessariamente estejam ligados à educação formal.

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, no seu Art. 13, afirma instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O Novo Ensino Médio também estabelece a ampliação gradual da jornada escolar conforme o Plano Nacional de Educação (PNE). Cujo foco é manter o aluno na escola e oferecer a ele uma educação de qualidade, dentro de um formato flexível, atual, viável e adequado à sua necessidade e ao seu projeto de vida (MEC, 2017).

No Brasil, o modelo de ensino médio integral já é adotado em muitas escolas do estado de São Paulo, onde programas garantem jornada ampliada de estudos aos alunos da rede estadual. As escolas de Tempo Integral (ETI), oferecem no contraturno aulas

eletivas, como tecnologia e robótica que somam o currículo e enriquece o aprendizado, bem como atividades esportivas e culturais. (PORTAL BRASIL, 2017).

Por sua vez, o ensino integrado visa à formação de jovens para executarem profissões técnicas, e antepõe o sistema tradicional a cerca do horário utilizado para aulas, mitigando assim sua relevância acerca das atividades socioeducativas (BORGES, 2014)

O ensino médio integrado é proposto nos Institutos Federais (IFs). De acordo com as orientações para elaboração de planos dos cursos técnicos do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, o mesmo tem a missão de preconizar a promoção da educação profissional científica e tecnológica comprometida com a formação cidadã para o desenvolvimento sustentável, o que tipifica o modelo de ensino integrado.

Diante do exposto, incorporar os objetivos de ambos modelos de ensino, torna-se relevante, pois ações de Educação Integral que completem o conhecimento tradicional deveriam ser agregadas ao ensino integrado promovendo uma educação de qualidade que visa a inclusão social, a formação profissional e que permita o desenvolvimento dos sujeitos nas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural.

Ao traçarmos paralelos entre os modelos de ensino abordados nos cursos médio e técnico averigou-se que embora assumam perfis distintos os modelos de ensino integral e integrado apresentam algumas semelhanças relevantes.

Ao elencar algumas destas, ressaltam-se a matriz curricular do curso de Agropecuária em que pode-se observar a partir do desenho curricular, e segundo a Resolução CNE/CEB nº 06 e 11 de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a CNE/CEB nº 01/2014, conforme o plano de curso de Técnicos em Agropecuária do Instituto Federal do Maranhão- IFMA/Campus Caxias, que o referido curso possui uma carga horária extensa (4440 horas-aula/ 3686 horas relógio), o que requer um maior tempo de permanência dos alunos na instituição, devido a carga horária exigida no ensino médio e técnico.

Outra observação pertinente é que além das disciplinas específicas do curso de Agropecuária, a matriz curricular contempla disciplinas que abrange as ciências naturais e ciências humanas, presentes na grade curricular de ambos os modelos de ensino, além das disciplinas de linguagem e tecnologia. Abre-se aqui um parêntese a cerca das disciplinas “arte e educação física”, por acreditar que seria considerável oferecer no contra turno das aulas regulares, atividades culturais e esportivas para trabalhar as

dimensões social, física, emocional e cultural, como meio de congregar o integrado e o integral no que tange o desenvolvimento humano.

Ressalta-se também que os cursos médios e técnicos prevêem visitas técnicas, estágios e projetos de pesquisa com bolsas de iniciação científica para os discentes, atividade extra, que estimula o desenvolvimento investigativo, criativo e proativo do aluno e, podem ser realizadas no contra-turno escolar, promovendo a permanência do aluno por um período maior de tempo tanto na instituição de ensino quanto em diversos contextos formativos que servirão como lócus de atuação futura a estes discentes.

Observa-se ainda que os modelos de ensino integral e integrado no campus analisado prevêem aos discentes: apoio psicológico, assistência social e pedagógica, nutricionista, serviço médico e odontológico, assistente de aluno para acompanhar as atividades pedagógicas. Atividades essas que podem ser realizadas no contraturno escolar ou quando necessário.

Outra iniciativa com o intuito de fomentar a permanência dos discentes nas instituições de ensino dos cursos médio e técnico, é a oferta de serviços de restaurante e alojamento. Esse tempo extra de permanência configura o ensino integral que defende o horário expandido como fatores essenciais para a ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipatórias além de promover vivências humanas.

Essas ações caracterizam-se análogas a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) para o ensino integral, segundo Godotti (2009), o mesmo investe na ampliação da jornada escolar para melhorar a qualidade da educação no país.

Outro ponto importante a ser considerado independente do modelo de ensino adotado, o integral ou integrado, é a formação docente. Conforme Morin, Ciurana e Motta (2009, p. 98), a formação de professores poderá contribuir para que a educação cumpra sua missão que, constitui-se em fortalecer as condições de possibilidades da emergência de uma sociedade mundo composta por cidadãos protagonistas, conscientes e criticamente comprometido com a construção de uma civilização planetária.

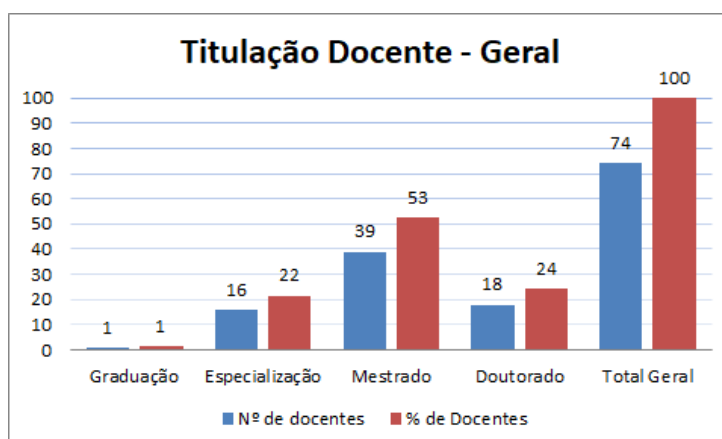
Na visão de Moura (2015) o mundo contemporâneo remete ao exercício sincrônico de um conjunto de saberes combinados para que o docente possa atender às demandas advindas dos vários cenários sociais com os quais os seus educandos se inserem, dialogam e carecem estar preparados para se colocarem enquanto sujeitos autônomos .

Para Chimentão (2017) o educador deve estar sempre atualizado e bem informado, não apenas em relação aos fatos e acontecimentos do mundo, mas, principalmente, em relação aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às novas tendências educacionais.

Diante deste panorama faz-se reconhecimento da necessidade e importância da capacitação dos profissionais da educação por meio da formação continuada. De acordo com Imbernón (2009), a formação continuada deve possibilitar ao professor desenvolver atividades colaborativas, além de valorizar sua prática, fortalecendo assim sua identidade profissional, contribuindo para a ressignificação de sua prática docente.

Segundo Santos (1998), a formação continuada consiste em propostas voltadas para a qualificação do profissional, tendo em vista a possibilidade de melhoria de sua prática pelo domínio de conhecimentos e de métodos de seu campo de trabalho. Ao tratar deste aspecto cabe destacar a titulação dos docentes do campus analisado. Observa-se que a maioria dos docentes tem formação *Lato sensu* e *Stricto sensu* (Figura 1).

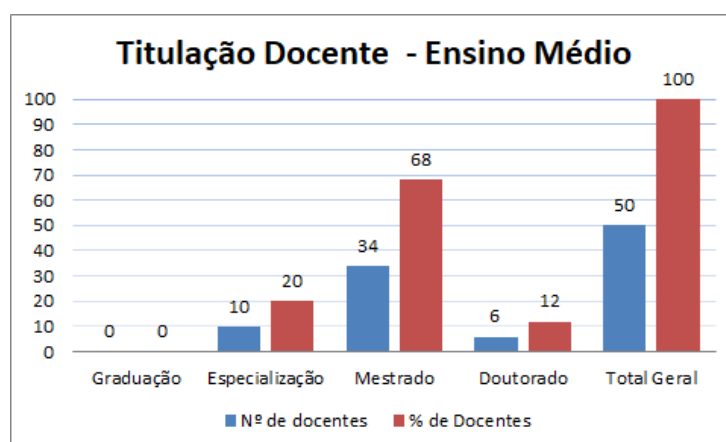
Figura 1 - Titulação docente do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus Caxias



Fonte: Dados fornecidos pelo Recursos Humanos do IFMA/Campus Caxias.

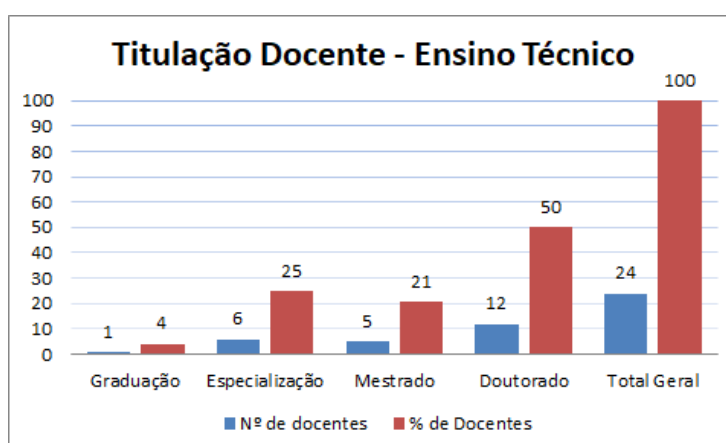
Destaca-se, porém que os professores das disciplinas propedêuticas são na sua maioria mestres e especialistas (Figura 2). Enquanto que, o corpo docente dos cursos técnicos denota um percentual maior de profissionais com formação *Stricto sensu*, em que 50% dos professores possuem a titulação de doutores (Figura 3). A partir dos dados observados compreende-se que os docentes buscam pela qualificação que culmine no aprofundamento para uma educação de qualidade.

Figura 2 - Titulação Docente - Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus Caxias



Fonte: Dados fornecidos pelo Recursos Humanos do IFMA/Campus Caxias.

Figura 3 - Titulação Docente - Ensino Técnico do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus Caxias



Fonte: Dados fornecidos pelo Recursos Humanos do IFMA/Campus Caxias.

O resultado observado destaca a sensibilização dos docentes a cerca da importância dos cursos de pós- graduação *Stricto sensu*, e respalda o documento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), intitulado Programa Nacional de Pós Graduação 2005-2010 (PNPG), os cursos de mestrado e doutorado possuem um papel - chave no desenvolvimento tecnológico e social de um país. As atividades de pesquisa, tecnológicas e inovação são hoje componentes fundamentais de uma presença atuante e autônoma. Um instrumento da agregação de

valor a produtos e processos, com reflexos diretos nas possibilidades de inserção competitiva no mercado de trabalho.

Além disso, ressalta-se mais uma vez a missão institucional do IFMA que é promover educação profissional, científica e tecnológica, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação do cidadão e no desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Os dados considerados corroboram com o posicionamento de Shigunov Neto e Maciel (2002), para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, ou seja, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja sempre preocupado com a formação continuada.

CONCLUSÕES

Observamos que no curso técnico de agropecuária do IFMA, campus Caxias, evidencia-se características da proposta apresentada pelo modelo integrado de ensino. O referido curso apresenta uma carga horária expandida, e preconiza a promoção da educação de jovens para o exercício de uma profissão técnica, tendo como missão o desenvolvimento das competências do alunado em diferentes dimensões (mercado de trabalho, intelectual, física, emocional, social e cultural).

Torna-se relevante incorporar e/ou agregar os objetivos de ambos os modelos em prol de uma educação que promova não só o conhecimento mais também o desenvolvimento dos sujeitos. Face ao exposto, evidenciou-se ainda que o ensino integral e o ensino médio integrado apresentam semelhanças e contrastes.

No que tange acerca do modelo integral as similaridades averiguadas com o integrado são disciplinas comuns a outros cursos de nível médio. Além de prever serviços diversos e apoio ao alunado, no contra turno estimulando a permanência dos mesmos por um tempo maior na instituição.

O horário expandido proposto pelo integral como forma de melhorar a qualidade da educação, precisa ser cultivado no ensino médio e no ensino profissional, porém necessita que seja repensado atividades extracurriculares que culmine o desenvolvimento dos alunos de forma intelectual, física, emocional, social e cultural, e não apenas a formação técnica, uma vez que, as atividades extracurriculares têm impactos significativos no desenvolvimento dos discentes.

Ampliar tempos e espaços de aprendizagem através da educação integral propicia aos apreendentes a aquisição de competências à conquista de conhecimentos e saberes, assim como a aquisição de uma visão social.

É essencial que as escolas marchem para um ensino cada vez mais multidisciplinar e transversal. A educação é um direito de todos os cidadãos, e principalmente é à base do desenvolvimento de um país. Investir na educação brasileira é construir um Brasil com mais oportunidades.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. F; FRANÇA, R. de F. C. Alunos da educação de jovens e adultos (eja) como cidadãos de direito à educação integral: Desafios e possibilidades. **Revista Amazônica**, Ano 10, V. XIX, Número 1, Jan-Jun, 2017, p. 327-349.

BORGES, A. C. **O Ensino Integrado e a Formação para o Mercado de trabalho**. Londrina. 2014.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Centro Gráfico, Brasília, 1988.

_____.Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, 1959.

_____.**Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

_____, **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal Nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília.1997.

_____, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. **Plano de Desenvolvimento do ensino agrícola do 2º grau**, Brasília, 1973.

CAPDEVILLE, Guy. **A formação do profissional agrícola de nível superior no Brasil**. Rio de Janeiro, 1989. Tese (Doutorado em educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

CARVALHO, M. C. B. & AZEVEDO, M. J. Ações socioeducativas no âmbito das políticas públicas. *In*: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação. **Avaliação: construindo parâmetros das ações socioeducativas**. São Paulo: Cenpec. 2005. p. 25-33.

CECCHIN, R.; VIEIRA, M. M. M. **O curso técnico em agropecuária: histórico e perfil dos alunos e egressos**. Trabalho de conclusão de curso do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Recuperado em 12 de dezembro, 2012.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Educação Integral**. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/>. Acesso em: 13 Set. 2017.

CHIMENTÃO, L. K. **O significado da formação docente continuada. 4º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar.** Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/products/a-formacao-continuada-dos-profissionais-docentes>. Acesso em: 15 de set. 2017.

COELHO, L. M. C. C. História(s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, 2009.

FERREIRA, P. C. **Educação Integral no Município de Araricá: Desafios para uma Educação de Qualidade.** Porto alegre. 2011.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade.** São Paulo: Moraes, 1986.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GONÇALVES, A. S. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral.** Cadernos Cenpec, 2006. n. 2.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências.** São Paulo: Cortez, 2009.

KOLLER, C.; SOBRAL, F. M. A construção da identidade das escolas agrotécnicas federais- a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In: MOLL, J. (org). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

KUBTSCHEK, J, **Por que constitui Brasília: Senado Federal,** Conselho Editorial, 2000.

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm), acessado em 16 de ago. de 2017.

LODI, L. H. **Ensino Médio e Educação Profissional.** Boletim 07. Mai - jun.2006.

LÜSCHER, A. Z. ; DORE, R. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar.** Primeira Seção - Capítulo 5. 2011.

MATIAS, N. C. F. **Escolas de tempo integral e atividades extracurriculares: universos à espera da Psicologia brasileira.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 120-139, ago. 2009.

MEC, Ministério da Educação/ Portal Mec. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br>>, acesso em 15 de set. 2017.

MOLL, J. (org) **Educação integral: texto referência para o debate nacional.** Brasília: MEC/Secad, 2009.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2009.

MOURA, M. P. de C.. **Formação do professor do ensino médio e o desafio da educação integral: currículo e prática pedagógica.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI, 126 f. 2015.

NAZARENO, C. H.C. **A autarquia das escolas agrotécnicas e federais e o processo de gestão: um estudo de caso.** Dissertação (Mestre em ciências) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2005.

OLIVEIRA, J. S. C. de. **O movimento da docência nos Institutos Federais: da sua criação às suas especificidades.** In: SOARES, J. P. et al. (Organizadores). A valorização da diversidade cultural: uma missão impossível? Caxias, MA: Multigrafic Editora, p. 185 - 204, 2017.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
Orientações para elaboração de planos dos cursos técnicos do IFMA. São Luís /MA.2015.
Disponível em: www.ifma.edu.br, acesso em 30 de mai. de 2017.

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG) 2005-2010. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf, acesso em 18 de out. 2017.

PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007.
Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em 15 de set. 2017.

SANTOS, L. L. C. Dimensões pedagógicas e política da formação contínua. Belo Horizonte, **Revista Tessituras** n. 1, fev. 1998.
SETUBAL, M. A.; CARVALHO, M. C. B. Alguns parâmetros para a educação que se quer no Brasil, *Em aberto*, Brasília, v. 25, n. 88, p. 113-123, 2012.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. (Org.) Reflexões sobre a formação de professores. Campinas: Papirus, 2002.

SOBRAL, F. M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.** V. 2, n. 2, nov. 2009.

TEIXEIRA, A. A escola brasileira e a estabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.28, n.67, p.3-29, 1957.

UNICEF. **Tendências para a educação integral.** São Paulo: Fundação Itaú Social – CENPEC, 2011.

Recebido em: 10/08/2022

Aprovado em: 12/09/2022

Publicado em: 23/09/2022